

Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Saúde e Previdência (DESC)

1. Que a Condsef/Fenadsef e suas filiadas procurarem apresentar alternativas aos planos GEAP/CAPSAÚDE;
2. Que as entidades criem mecanismos de reavaliação de critérios adotados pelas Agências Reguladoras criadas pelo governo e que somente favorecem o capital;
3. Que os sindicatos façam um levantamento do RH da área administrativa do MS/Funasa/Sesai, a fim de ver o quadro atual e qual seria o ideal para solicitar a recomposição;
4. Criar diagnóstico da situação atual das mesas de negociação estadual e fortalecimento das mesmas;
5. Acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios (sede dos núcleos/escritórios) estaduais;
6. Organizar ocupação do Ministério do Planejamento no dia 31/06/18;
7. Formar uma comissão responsável por elaborar uma proposta de PCCS das carreiras da Saúde e Previdência;
8. Construção de uma proposta de projeto de PCCS para as carreiras da Saúde e Previdência;
9. Levantar como bandeira de lutas dos servidores federais, em sua totalidade, a criação dos PCCS no âmbito do Executivo junto à Condsef e às demais Centrais;
10. Concentrar esforços para reformular políticas de contratação efetiva por concurso público de pessoal permanente, com base na legislação vigente e projeto de lei no Congresso, cobrando judicialmente do governo tal medida;
11. Convocar para o segundo semestre de 2018, Encontro Nacional dos Servidores da SESAI, conforme aprovado no XII CONCONDSEF;
12. Elaborar propostas para saúde dos servidores, sobretudo os acometidos de intoxicação por uso permanente de inseticida;
13. Governo convocar todos os funcionários do Ministério da Saúde e FUNASA, ativos e aposentados, que lidaram ou trabalham com inseticidas, para realização de exames específicos e periódicos de saúde;
14. Responsabilizar criminalmente o Estado por omissão criminosa e ação direta de atentar contra a vida e saúde dos trabalhadores, quem foram expostos diretamente aos efeitos adversos de inseticidas, como o BHC 30% e o DDT, altamente danosos à saúde e proibidos há muito tempo em outros países pelo alto risco residual. Foi crime! Não forneceram na época XXX, e quando surgiram eram inadequados. Não faziam exame periódico de cumulatividade. Não ampararam os servidores;
15. Unificar todas as juntas e SIAISS no âmbito estadual. Justificativa: só poucos órgãos conseguem manter o mínimo de três profissionais por órgão ou grupo de órgão;

16. Averiguar por que no Maranhão alguns auxiliares de saneamento recebem insalubridade e outros não, e também o auxiliar de saneamento não possui "CBO". A própria Funasa promoveu um curso de técnico em saneamento com o objetivo de reclassificar os servidores, o que nunca aconteceu. Encaminhar isso na mesa de negociação;
17. Construir o perfil de morbimortalidade (adoece e morre) dos servidores do MS;
18. Elaborar um diagnóstico dos agravos (doenças) relacionados ao trabalho dos servidores do MS;
19. Implementar nos estados e municípios o protocolo nº 008/11 da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que institui a Política Nacional de Promoção à Saúde do Trabalhador do SUS;
20. Incorporar os servidores cedidos no SIASS;
21. Avaliar e requalificar os núcleos SIASS nos estados e criar os núcleos onde não tem;
22. Inclusão na mesa de negociação os planos de autogestão: o repasse de todos os aumentos concedidos pela ANS para o per capita (patronal), pois além da equivalência de 50% para cada parte, o governo deve entender que tem ausência de aumentos salariais. É responsabilidade da administração federal bancar com a participação patronal do ônus dos aumentos da ANS;
23. Que seja regularizado na CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) documento que retrata a realidade das profissões no mercado de trabalho brasileiro. A função de microscopistas, profissionais que já existem há mais de 20 anos, tanto na esfera federal, estadual e municipal, com capacitação técnica para vários diagnósticos laboratoriais, como malária, Doença de Chagas, TB, leishmaniose e hanseníase. Porém, não há direitos trabalhistas por não terem regulamentação no Ministério do Trabalho e nem constar como ocupação na CBO o cargo de microscopista. Só no Estado do Amazonas há 916 microscopistas não indígenas e 154 microscopistas indígenas.
24. Discussão para implementação de planos de saúde alternativos para os servidores públicos;
25. Incluir a discussão sobre a suspensão da migração da aposentadoria pela EC 41 para a EC 47;
26. Criação e estruturação da carreira de Saneamento Básico e Saúde Ambiental;
27. Reestruturação da Carreira, com gratificação de qualificação;
28. Reajuste da GACEN pelo INPC anual e extensão para os servidores que ficaram excluídos;
29. Criação da gratificação indigenista para servidores da SESAI.